



JK

“

Por que
construí
Brasília

”

DF
LETRAS

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO VII

Nº 91/96

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Dez anos de

Lei Orgânica



Juscelino Kubitschek

Br

“Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável.”

José Bonifácio
em 1821



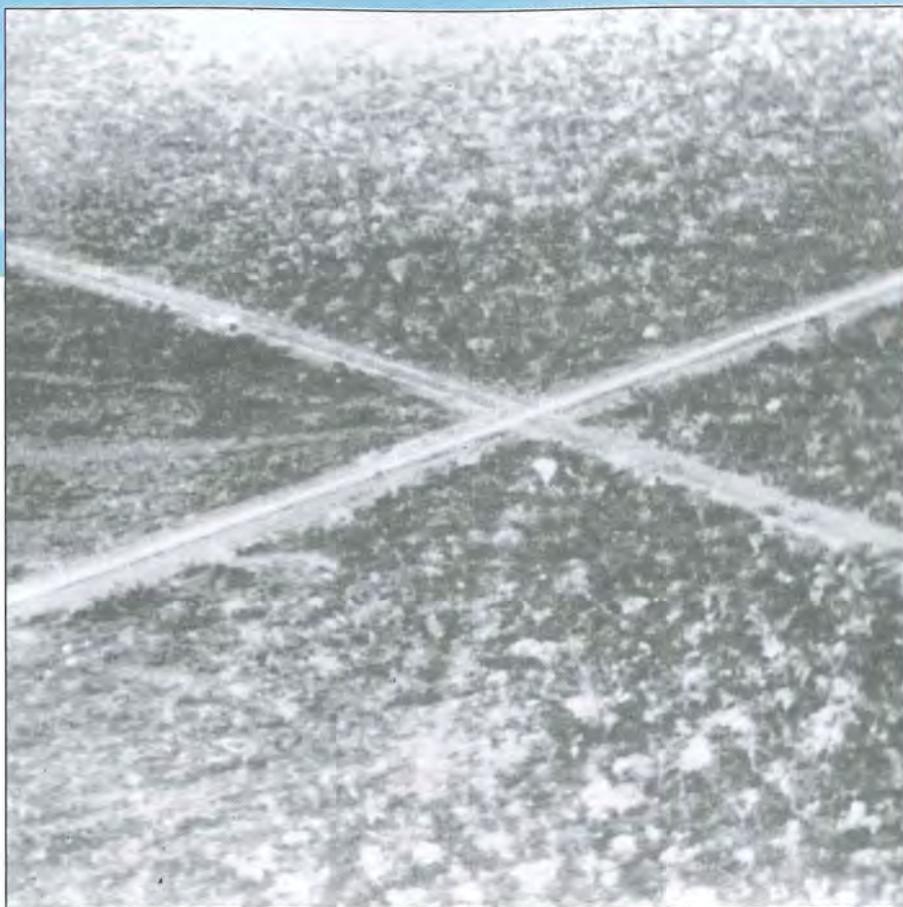
Por que construí a Brasília

Como uma Nação poderia progredir, sujeita a essas limitações?

Brasília, entretanto, foi construída, e o país, como por encanto, no curtíssimo período de apenas três anos e 10 meses, tornou-se uno. Inteiro. Homogêneo. Enfim, uma autêntica unidade socioeconômica, em condições de realizar - quando muito numa década - seu destino de uma das grandes nações do mundo.

No entanto, há fatos, ou melhor, imagens que devem ser recompostas para que se possa compreender, em sua plenitude, a revolução que representou, para o futuro do Brasil, a construção de Brasília. Quem vai ao Planalto Central - a 1.100 metros de altitude - extasia-se, muito antes de chegar à nova capital, com o cenário que se lhe abre aos olhos. Além da paisagem, que é típica do que se denomina chapadão, vê abrir-se, às suas pupilas, o esplendor da urbe majestosa. O trajeto do aeroporto à Praça dos Três Poderes - que é o centro cívico da capital - constitui uma sucessão de surpresas.

Bem em frente ao Palácio do Planalto, ergue-se o Museu da cidade - um estranho monumento de forma retangular, em cujas paredes lêem-se diversas frases, referentes à construção da nova capital. O que chama a atenção naquele conjunto arquitetônico, além da sua bizarra conformação, é um alto relevo, em granito, reproduzindo uma fisionomia humana. Ao lado, está esculpida



Traçado do ponto zero de Brasília, onde tudo começou

a seguinte frase: "A Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desbravou o sertão e ergueu Brasília, com audácia, energia e confiança, a homenagem dos pioneiros que o ajudaram na realização da grande aventura."

A frase, refletindo a gratidão dos milhares de candangos que cooperaram comigo na gigantesca tarefa, não deixou de me sensibilizar. Contudo, nela fala-se em "aventura", o que poderá dar a impressão de que a transferência da sede do governo constituiu uma empreza temerária. Uma espécie de jogo, no qual tudo foi arrisca-

do sem se saber, na realidade, o que aconteceria no final. Mas a expressão "aventura", a que recorreram meus amigos, foi utilizada num sentido bem diferente. Para eles, a tarefa que havíamos realizado era de tal grandiosidade que só existia uma palavra para defini-la: aventura.

A verdade é que, se houve tarefa meticulosamente planejada, esta foi justamente a construção de Brasília. O exíguo prazo de execução da obra - motivo de acérrimos ataques da Oposição - foi imposto pela antiga tradição administrativa de que nenhum go-

“A verdade é que, se houve tarefa meticulosamente planejada, esta foi justamente a construção de Brasília.”

verno, no Brasil, jamais deu prosseguimento a qualquer obra iniciada pelo que o antecedeu. Daí a pressa, a determinação de concluí-la, ou melhor, não só inaugurando-a durante o último ano do meu governo, mas providenciando,

***O Palácio da Alvorada
é erguido quando
o Lago Paranoá
ainda não existia***

igualmente, a mudança dos servidores públicos, de forma que a transferência da faixa presidencial ao meu sucessor nela tivesse lugar.

Não houve, pois, qualquer feição de aventura na tarefa. Aventura houve, e com graves implicações, na mudança de muitas capitais, registradas na história. No antigo Egito, temos Menfis, Tebas e Alexandria. Na China, o trono andou de norte a sul, ao sabor

dos reveses dinásticos. A partir do século XII, assistimos no Japão à situação curiosa de um dualismo estatal corresponder à duplicidade de capitais: em face de Quioto, residência tradicional do Mikado, erguem-se Kamakura e, mais tarde, Yedo, centros administrativos e focos do poder militar do Shogun, o ditador militar. Houve, também, no velho Egito, a cidade-fantasma



“ Os objetivos da construção da nova capital são unidade, eficiência administrativa, descentralização e desenvolvimento social e econômico do interior. ”

de Akhetaton, residência do faraó herege Akhenaton, que a ergueu para opô-la à velha capital, onde pontificava o clero reacionário do deus Amon. Seguiram-se os exemplos clássicos de construção de cidades artificiais: Constantinopla, Pequim, Madri, São

Petersburgo, Washington, Ottawa, Pretória, Ankara, Canberra e Nova Déli, para só falar das iniciativas de maior expressão.

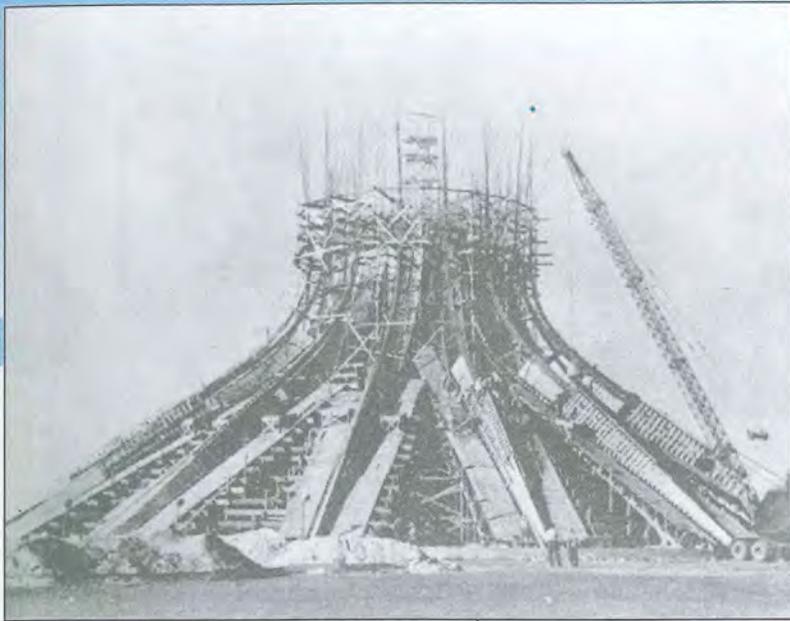
Em todos esses casos militaram, criando a motivação para a transferência ou para a

mudança, razões de natureza diversa, mas predominando, na maioria dos exemplos, ora motivos pessoais - relativos a hegemonias dinásticas - ora imposições geopolíticas ou socioeconômicas. Em relação a Brasília, fizeram-se sentir outros fatores, como muito bem acentuou o Embaixador J. O. de Meira Pena, no seu livro *Quando mudam as capitais*, publicado dois anos antes da inauguração de Brasília, o que não o impediu de fazer uma análise, com todas as implicações, do que iria significar, de



No começo da construção, o centro do poder desponta no cerrado. Depois de pronto, a beleza exuberante





*A Catedral de Brasília
em fase de construção e
depois já concluída*

fato, para o nosso futuro, a interiorização do governo. Esse ilustre diplomata revelou, em bases realistas, a motivação da ciclópica tarefa: "Em primeiro plano, o que se deseja é que o governo brasileiro abandone o litoral, essa luxuosa vitrina, útil apenas para atrair a atenção ou iludir o exame do europeu e do americano. Em segundo lugar, para que os cuidados de um Estado mais realista, modesto, menos pedantemente socialista, se dirijam ao sertão, às grandes florestas, aos campos gerais, aos rios caudalosos, às riquezas potenciais enormes e ao sertanejo – magro e forte, homem esquecido do interior – é necessário desviar o centro de gravidade do país, estabelecê-lo no coração dos dilatados territórios do Brasil,



a fim de poder contemplar, ao alcance de todas as classes e de todas as regiões, o panorama social inteiro. Assim, os objetivos da construção da nova capital são unidade, eficiência administrativa, descentralização, aproximação das fronteiras continentais, desenvolvimento econômico e social do interior e explora-

ção das vastas, desertas e férteis áreas de Goiás e Mato Grosso, onde amadurece o futuro da nacionalidade. Dir-se-á que a função de uma capital não é ser pioneira. Por que não? No caso brasileiro, em que o Estado intervém ou pretende intervir em tudo, deixai-o, pelo menos uma vez derradeira, intervir num aspecto es-



*JK, técnicos
e engenheiros analisam
croqui da capital*

sencial da vida nacional, deixai-o provocar aquilo que o povo tem hesitado em fazer espontaneamente – pioneirismo!”

A definição, acima transcrita, é perfeitamente válida. Nela se inclui quase a totalidade dos motivos que me levaram a construir Brasília, não se esque-

*Nome
do Eixo Monumental
em 1957*



Manuel Mendes, Aaron, Gadelha e Ranilson.

cendo mesmo de acrescentar, às razões expostas, dois aspectos da questão, que sempre considerei de relevância: a) a necessidade que tinha o país de sentir suas fronteiras com o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia e a Venezuela; e b) o objetivo prioritário, justificativo da construção da nova cidade: a integração nacional.

A idéia, como ressaltai, era velha, de 166 anos. Nos Autos da Devassa, referentes à Inconfidência Mineira, há numerosos depoimentos, revelando que a interiorização da capital constituía uma das preocupações dos conjurados. A sugestão que faziam era, porém, de caráter modesto: transferência do Rio de Janeiro para a cidade mineira de São João del Rei, tão próxima do litoral que a pro-

vidência, só naquela época, poderia ser considerada uma mudança. Apesar da feição restritiva da sugestão, a idéia não morrera. Há uma referência a ela – e desta vez vinha do exterior – guardada nos arquivos do Foreign

Office, em Londres. Trata-se de uma carta de Lord Strangford, embaixador inglês, a George Canning, primeiro-ministro do Reino Unido, datada de 24 de julho de 1808. Mais tarde, também o almirante inglês Sidney Smith fazia idêntica sugestão ao então príncipe regente, que seria o Rei D. João VI. Em 1813, o jornalista Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, jornal editado em Londres, defendia e justificava a transferência da capital para o interior, “junto às cabeceiras do rio São Francisco”.

Em 1821 – o Brasil achando-se às vésperas de se tornar independente – José Bonifácio doutrinava, nas suas Instruções do Governo Provisório de São



*Juscelino
amava o cerrado
do Planalto Central*

Paulo aos Deputados às Cortes de Lisboa: “Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável.” A sugestão, embora avançada para a época, não caíra em terreno sáfaro. No dia 15 de junho de 1822, a Comissão de Deputados Brasileiros encarregada da redação dos artigos adicionais à Constituição Portuguesa, referentes ao Brasil, recomenda-

va: “O Congresso Brasileiro ajuntar-se-á na capital, onde ora reside o Regente do Reino do Brasil, enquanto se não funda no centro daquele uma nova capital.”

Nesse tempo, o Brasil ainda era dependente de Portugal. As sugestões, referentes à construção de uma nova capital, ficaram registradas apenas como um alvitre. Mesmo depois de fundado o Império, a idéia, embora muito discutida, nunca saíra do papel. Em 1823, José Bonifácio reafirmara a necessidade dessa providência, em sessão da Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, através de uma Memória, sugerindo para a nova capital o nome de Brasília.

Juscelino Kubitschek

